



Prefeitura Municipal de Indaiatuba

TERMO DE CONVÊNIO E REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA E ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE INDAIATUBA - APAE.

CONVENIADA:	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE INDAIATUBA - APAE
DATA :	07/03/2013
PROC. ADM. :	1946/2013
CONTRATO :	99/2013

Pelo presente, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**, com sede na Avenida Engenheiro Fábio Roberto Barnabé, nº 2.800, Jardim Esplanada II, no Município de Indaiatuba, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 44.733.608/0001-09, ora chamada simplesmente **CONVENIENTE**, neste ato representada por seu Secretário Municipal de Administração **NUNCIO LOBO COSTA**, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 18.299.628 e do CPF nº 094.584.708-46 e pelo Secretário Municipal da Família e do Bem Estar Social, **LUIZ HENRIQUE FURLAN**, brasileiro, casado, administrador, portador do RG nº 6.777.311 e do CPF nº 610.863.128-72 e de outro lado **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE INDAIATUBA - APAE**, com sede na Alameda da Criança, nº 100, Vila Vitória, CEP 13338-020, Indaiatuba/SP, fone: 19 – 3801 8890, inscrita no CNPJ sob nº 48.175.871/0001-72, neste ato representado por seu Presidente **GENTIL PACIONI JUNIOR**, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 12.435.449-X e CPF nº 016.559.008-20, doravante denominada simplesmente **CONVENIADA**, celebram o presente instrumento de **CONVÊNIO**, que se regerá pelas Cláusulas e condições abaixo aduzidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente convênio tem por objetivo a concessão de Subvenção Social em favor da **CONVENIADA**, até o limite de R\$ 36.848,00 (trinta e seis mil, oitocentos e quarenta e oito reais), em parcela(s) mensal (is), em parcela(s) mensal (is), destinados exclusivamente a (manutenção/investimento) nos projetos desenvolvidos pela entidade, nos termos do programa de trabalho aprovado pela Comissão de Análise de Projetos do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e Secretaria Municipal da Família e do Bem Estar Social, conforme Processo Administrativo nº 1946/2012, de acordo com a Lei Municipal nº 6102/2013.



Prefeitura Municipal de Indaiatuba

Parágrafo Primeiro - Será de responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e Secretaria Municipal da Família e do Bem Estar Social, ordenadores da despesa, a plena e efetiva fiscalização, bem como o acompanhamento das atividades e das obrigações assumidas pela entidade beneficiada, ofertando aos órgãos a que se refere cláusula segunda, mensalmente, relatório circunstanciado, com manifestação conclusiva quanto à regularidade e cumprimento do plano de trabalho pela **CONVENIADA**.

Parágrafo Segundo – Para o cumprimento das disposições previstas nesta lei, a Secretaria Municipal da Família e do Bem Estar Social e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, deverão atender as regras estampadas no art. 116 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações subseqüentes, bem como as demais instruções legais e específicas do E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

CLÁUSULA SEGUNDA - A entidade beneficiada deverá prestar contas dos recursos recebidos até o 10º (décimo) dia do mês subseqüente ao recebimento de cada parcela, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e Secretaria Municipal da Família e do Bem Estar Social, que depois de observado o disposto no parágrafo primeiro desta cláusula, remeterá o procedimento à Secretaria Municipal da Fazenda, para proceder ao exame contábil e financeiro dos documentos, opinando sobre a respectiva regularidade, submetendo-o, após, ao controle interno realizado pela Controladoria Geral do Município para auditoria.

Parágrafo Primeiro - Com base em documentos contábeis, fiscais e gerenciais, os órgãos a que se refere o “caput” desta cláusula, deverão emitir **parecer conclusivo** sobre a aplicação dos recursos repassados à entidade conveniada, que atenda também à transparência da gestão definida pelo artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal e às exigências das Instruções vigentes do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, atestando, no mínimo:



Prefeitura Municipal de Indaiatuba

- a. o recebimento da prestação de contas da entidade beneficiária, bem como a aplicação de sanções por eventuais ausências de comprovação ou desvio de finalidade;
- b. datas da prestação de contas e dos repasses concedidos;
- c. os valores transferidos e os comprovados, por fontes de recursos;
- d. a localização e o regular funcionamento da entidade que recebeu os recursos;
- e. a finalidade estatutária da entidade beneficiária;
- f. descrição do objeto dos recursos repassados, dos resultados alcançados e qual a economicidade obtida em relação ao previsto em programa governamental;
- g. o cumprimento das cláusulas pactuadas em conformidade com a regulamentação que rege a matéria;
- h. a regularidade dos gastos efetuados e sua perfeita contabilização, atestados pelos controles internos do órgão concessor.

Parágrafo segundo - Os saldos de Convênio repassados para entidade e enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos se verificar em prazos menores que um mês. Auferidas tais receitas, estas serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as respectivas prestações de contas, conforme determinar os §§ 4º e 5º do art. 116 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - As despesas decorrentes da execução deste convênio correrão por conta das dotações orçamentárias codificadas sob nº01.06.04.08.243.0011.2015.3.3.50.43, consignadas no orçamento vigente.





Prefeitura Municipal de Indaiatuba

CLÁUSULA QUARTA – A CONVENIADA deverá atender o disposto na Lei nº 5.972, de 14 de dezembro de 2011, com as alterações promovidas pela Lei nº 6.003, de 17 de abril de 2012, sob pena de incorrer nas sanções previstas no referido diploma legal e, em especial, deverá declarar, sob as penas da lei, que não serão utilizados os respectivos valores para remunerar funcionários ou prestadores de serviços que tenham parentesco até o 3º grau, por consanguinidade ou por afinidade, em linha reta ou colateral, com os respectivos diretores da entidade.

CLÁUSULA QUINTA – A CONVENIADA é proibida de redistribuir os recursos que cuida o presente, bem como de prorrogar o prazo de sua aplicação, sem que haja prévia e expressa autorização do órgão concessor, ficando suspensas novas concessões, em caso de inadimplência.

CLÁUSULA SEXTA - A CONVENIENTE rescindir unilateralmente o presente convênio sempre que a **CONVENIADA** deixar de cumprir qualquer uma das Cláusulas constantes deste convênio.

CLÁUSULA SÉTIMA - O presente convênio poderá ser rescindido unilateralmente por qualquer das partes, a qualquer tempo, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ressalvado o disposto na Cláusula Quarta.

CLÁUSULA OITAVA - O presente convênio vigorará pelo prazo de 12 meses, contados da data do empenho, podendo ser prorrogado nas hipóteses legais.





Prefeitura Municipal de Indaiatuba

CLÁUSULA NONA - Fica eleito o foro da Comarca de Indaiatuba, para dirimir as questões referentes à execução deste convênio, que não puderem ser resolvidas amigavelmente, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por assim terem ajustado, assinam o presente instrumento de convênio em três vias de igual teor para um só efeito.

Indaiatuba, aos 07 de Março de 2013.


NUNCIO LOBO COSTA
p/Conveniente


LUIZ HENRIQUE FURLAN
p/Conveniente


GENTIL PACIONI JUNIOR
p/Conveniente



Prefeitura Municipal de Indaiatuba

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

Órgão Concessor: PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA
Órgão Beneficiário: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE INDAIATUBA - APAE
Tipo de concessão: Subvenção Social
Valor repassado: até R\$ 36.848,00
Exercício: 2013
Advogado(s): (*)

Na qualidade de Concessor e Beneficiário, respectivamente, dos recursos acima identificados, e cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damos-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até o julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, declaramos estarmos cientes, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90, da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

Indaiatuba, 07 de Março de 2013.



NUNCIO LOBO COSTA
Concessor



LUIZ HENRIQUE FURLAN
Concessor



GENTIL FURLAN JUNIOR
Conveniente

convênio tem por objetivo a concessão de Subvenção Social em favor da **CONVENIADA**, até o limite de R\$30.837,50 em parcela(s) mensal (is), destinados exclusivamente a (manutenção/investimento) nos projetos desenvolvidos pela entidade, nos termos do programa de trabalho aprovado pela Comissão de Análise de Projetos do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e Secretaria Municipal da Família e do Bem Estar Social, conforme Processo Administrativo nº 2105/2013

PUBLICAÇÃO DE RESUMO DO TERMO DE ADESÃO DE VOLUNTÁRIO Nº 82/2013, FIRMADO ENTRE A MUNICIPALIDADE DE INDAIATUBA E MARIA APARECIDA BECCARI CORREA, NOS TERMOS DA LEI Nº. 9.608/1998. – Data: 27/02/2013 – Objeto: realização de trabalho voluntário pelo (a) VOLUNTÁRIO (A) nas dependências da CONCEDENTE. – Prazo: 06 meses, isto é de 11/03/2013 a 10/09/2013 – Proc. Administrativo nº 3.047/2013.

PUBLICAÇÃO DE RESUMO DO TERMO DE ADESÃO DE VOLUNTÁRIO Nº 88/2013, FIRMADO ENTRE A MUNICIPALIDADE DE INDAIATUBA E MILENE APARECIDA ROSA, NOS TERMOS DA LEI Nº. 9.608/1998. – Data: 01/03/2013 – Objeto: realização de trabalho voluntário pelo (a) VOLUNTÁRIO (A) nas dependências da CONCEDENTE. – Prazo: 06 meses, isto é de 11/03/2013 a 10/09/2013 – Proc. Administrativo nº 1.363/2013.

PUBLICAÇÃO DE RESUMO DO CONVÊNIO Nº 98/2013 FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA E CÍRCULO DE AMIGOS DO MENOR PATRULHEIRO DE INDAIATUBA – CAMPI, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 6.102/13 – Data: 07/03/2013 O presente convênio tem por objetivo a concessão de Subvenção Social em favor da **CONVENIADA**, até o limite de R\$12.000,00 em parcela(s) mensal (is), destinados exclusivamente a (manutenção/investimento) nos projetos desenvolvidos pela entidade, nos termos do programa de trabalho aprovado pela Comissão de Análise de Projetos do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e Secretaria Municipal da Família e do Bem Estar Social, conforme Processo Administrativo nº 2090/2013.

PUBLICAÇÃO DE RESUMO DO CONVÊNIO Nº 109/2013 FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA E CASA DA CRIANÇA JESUS DE NAZARÉ, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 6.102/13 – Data: 07/03/2013 O presente convênio tem por objetivo a concessão de Subvenção Social em favor da **CONVENIADA**, até o limite de R\$97.720,80 em parcela(s) mensal (is), destinados exclusivamente a (manutenção/investimento) nos projetos desenvolvidos pela entidade, nos termos do programa de trabalho aprovado pela Comissão de Análise de Projetos do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e Secretaria Municipal da Família e do Bem Estar Social, conforme Processo Administrativo nº 1665/2013.

PUBLICAÇÃO DE RESUMO DO CONVÊNIO Nº 109/2013 FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA E CASA DA CRIANÇA JESUS DE NAZARÉ, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 6.102/13 – Data: 07/03/2013 O presente convênio tem por objetivo a concessão de Auxílio Financeiro em favor da **CONVENIADA**, até o limite de R\$50.000,00 em parcela(s) mensal (is), destinados exclusivamente a (manutenção/investimento) nos projetos desenvolvidos pela entidade, nos termos do programa de trabalho aprovado pela Comissão de Análise de Projetos do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e Secretaria Municipal da Família e do Bem Estar Social, conforme Processo Administrativo nº 1665/2013.

PUBLICAÇÃO DE RESUMO DO CONVÊNIO Nº 101/2013 FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA E GRUPO DE ESTUDOS ESPÍRITA MENSAGEIRO DA PAZ “CASA DA FRATERNIDADE”, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 6.102/13 – Data: 07/03/2013 O presente convênio tem por objetivo a concessão de Subvenção Social em favor da **CONVENIADA**, até o limite de R\$12.750,00 em parcela(s) mensal (is), destinados exclusivamente a (manutenção/investimento) nos projetos desenvolvidos pela entidade, nos termos do programa de trabalho aprovado pela Comissão de Análise de Projetos do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e Secretaria Municipal da Família e do Bem Estar Social, conforme Processo Administrativo nº 2094/2013

PUBLICAÇÃO DE RESUMO DO CONVÊNIO Nº 102/2013 FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA E MANAEM OBRAS SOCIAIS E EDUCACIONAIS, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 6.102/13 – Data: 07/03/2013 O presente convênio tem por objetivo a concessão de Subvenção Social em favor da **CONVENIADA**, até o limite de R\$70.340,30 em parcela(s) mensal (is), destinados exclusivamente a (manutenção/investimento) nos projetos desenvolvidos pela entidade, nos termos do programa de trabalho aprovado pela Comissão de Análise de Projetos do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e Secretaria Municipal da Família e do Bem Estar Social, conforme Processo Administrativo nº 1634/2013

PUBLICAÇÃO DE RESUMO DO CONVÊNIO Nº 103/2013 FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA E NOSSO LAR BENEDITA RANGEL NOGUEIRA NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 6.102/13 – Data: 07/03/2013 O presente convênio tem por objetivo a concessão de Subvenção Social em favor da **CONVENIADA**, até o limite de R\$10.050,00 em parcela(s) mensal (is), destinados exclusivamente a (manutenção/investimento)

nos projetos desenvolvidos pela entidade, nos termos do programa de trabalho aprovado pela Comissão de Análise de Projetos do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e Secretaria Municipal da Família e do Bem Estar Social, conforme Processo Administrativo nº 544/2013.

PUBLICAÇÃO DE RESUMO DO CONVÊNIO Nº 105/2013 FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA E CASA DA PROVIDÊNCIA, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 6.102/13 – Data: 07/03/2013 O presente convênio tem por objetivo a concessão de Subvenção Social em favor da **CONVENIADA**, até o limite de R\$12.800,00 em parcela(s) mensal (is), destinados exclusivamente a (manutenção/investimento) nos projetos desenvolvidos pela entidade, nos termos do programa de trabalho aprovado pela Comissão de Análise de Projetos do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e Secretaria Municipal da Família e do Bem Estar Social, conforme Processo Administrativo nº 1932/2013

PUBLICAÇÃO DE RESUMO DO CONVÊNIO Nº 104/2013 FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA E CENTRO DE INCLUSÃO E ASSISTÊNCIA AS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS – CIASPE, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 6.102/13 – Data: 07/03/2013 O presente convênio tem por objetivo a concessão de Subvenção Social em favor da **CONVENIADA**, até o limite de R\$19.096,00 em parcela(s) mensal (is), destinados exclusivamente a (manutenção/investimento) nos projetos desenvolvidos pela entidade, nos termos do programa de trabalho aprovado pela Comissão de Análise de Projetos do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e Secretaria Municipal da Família e do Bem Estar Social, conforme Processo Administrativo nº 1928/2013

PUBLICAÇÃO DE RESUMO DO CONVÊNIO Nº 106/2013 FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA E SISNI – SOCIEDADE INTERATIVA SOL NASCENTE DE INDAIATUBA, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 6.102/13 – Data: 07/03/2013 O presente convênio tem por objetivo a concessão de Subvenção Social em favor da **CONVENIADA**, até o limite de R\$8.338,99 em parcela(s) mensal (is), destinados exclusivamente a (manutenção/investimento) nos projetos desenvolvidos pela entidade, nos termos do programa de trabalho aprovado pela Comissão de Análise de Projetos do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e Secretaria Municipal da Família e do Bem Estar Social, conforme Processo Administrativo nº 1999/2013.

PUBLICAÇÃO DE RESUMO DO CONVÊNIO Nº 111/2013 FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA E ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ABID, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 6.102/13 – Data: 07/03/2013 O presente convênio tem por objetivo a concessão de Subvenção Social em favor da **CONVENIADA**, até o limite de R\$36.240,00 em parcela(s) mensal (is), destinados exclusivamente a (manutenção/investimento) nos projetos desenvolvidos pela entidade, nos termos do programa de trabalho aprovado pela Comissão de Análise de Projetos do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e Secretaria Municipal da Família e do Bem Estar Social, conforme Processo Administrativo nº 1924/2013

PUBLICAÇÃO DE RESUMO DO CONVÊNIO Nº 100/2013 FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA E ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE INDAIATUBA - APAE, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 6.102/13 – Data: 07/03/2013 O presente convênio tem por objetivo a concessão de Auxílio Financeiro em favor da **CONVENIADA**, até o limite de R\$41.842,00 em parcela(s) mensal (is), destinados exclusivamente a (manutenção/investimento) nos projetos desenvolvidos pela entidade, nos termos do programa de trabalho aprovado pela Comissão de Análise de Projetos do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e Secretaria Municipal da Família e do Bem Estar Social, conforme Processo Administrativo nº 1946/2013.

PUBLICAÇÃO DE RESUMO DO CONVÊNIO Nº 99/2013 FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA E ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE INDAIATUBA - APAE, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 6.102/13 – Data: 07/03/2013 O presente convênio tem por objetivo a concessão de Subvenção Social em favor da **CONVENIADA**, até o limite de R\$36.848,00 em parcela(s) mensal (is), destinados exclusivamente a (manutenção/investimento) nos projetos desenvolvidos pela entidade, nos termos do programa de trabalho aprovado pela Comissão de Análise de Projetos do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e Secretaria Municipal da Família e do Bem Estar Social, conforme Processo Administrativo nº 1946/2013.

PUBLICAÇÃO DE RESUMO DO CONVÊNIO Nº 107/2013 FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA E EDUCANDÁRIO DEUS E A NATUREZA, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 6.102/13 – Data: 07/03/2013 O presente convênio tem por objetivo a concessão de Subvenção Social em favor da **CONVENIADA**, até o limite de R\$42.740,00 em parcela(s) mensal (is), destinados exclusivamente a (manutenção/investimento) nos projetos desenvolvidos pela entidade, nos termos do programa de trabalho aprovado pela Comissão de Análise de Projetos do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e Secretaria Municipal da Família e do Bem Estar Social, conforme Processo Administrativo nº 2089/2013.

PUBLICAÇÃO DE RESUMO DO CONVÊNIO Nº 108/2013 FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA E EDUCANDÁRIO